

## Mercado S/A



AMAURI SEGALLA  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Em um ano, a disparada das passagens foi de 51%, para um IPCA-15 de 4,16%

## Shopee acelera negócios em ritmo frenético

A empresa de comércio eletrônico Shopee inaugura centros de distribuição em ritmo frenético no Brasil. Recentemente, abriu oito unidades no Nordeste conhecidas como cross-docking. Nesse modelo, as mercadorias coletadas dos parceiros não são estocadas, mas preparadas para distribuição imediata. Nos últimos meses, a gigante de Cingapura tem investido também na construção de hubs em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Já são três milhões de vendedores brasileiros cadastrados em seu marketplace.

## Empresários reclamam de falta de diálogo com governo

Empresários de diversos setores têm reclamado da dificuldade para dialogar com o governo Lula. Muitos deles dizem que o presidente está obcecado com a agenda internacional, o que, na visão desse grupo, o impede de dar a devida atenção às grandes questões nacionais, como o marco fiscal e a reforma tributária. "Lula quer ser Nobel da Paz e tem perdido tempo com isso", afirma o CEO de uma construtora. "Precisamos colocar a casa em ordem, em vez de tentar resolver os problemas dos outros."

## Credores da Light contestam recuperação judicial

A disputa na Justiça deverá ser acirrada. De um lado, a empresa de energia elétrica Light, que protocolou, há alguns dias, o seu pedido de recuperação judicial. De outro, um pool de credores que contestam a iniciativa. Eles afirmam que concessionárias de serviços públicos de energia não podem recorrer à recuperação judicial ou extrajudicial, pois o caminho indicado seria a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A dívida da Light está estimada em R\$ 11 bilhões.

## Para presidente da Azul, valor das passagens aéreas deverá aumentar

A velha máxima econômica diz que, se a demanda é alta, os preços inevitavelmente sobem. Para o presidente da companhia aérea Azul, John Peter Rodgerson, essa lógica deverá prevalecer nos valores das passagens. "O que estamos dizendo é que tem muita demanda", disse o executivo em teleconferência de apresentação de resultados. "As pessoas querem voltar a voar." Ou seja, o que Rodgerson afirma é que elas deverão continuar em ascensão nos próximos meses. O problema é que os preços já estão nas alturas. De acordo com o último IPCA-15, eles aumentaram 12% na passagem de março para abril, enquanto a inflação no período foi de 0,57%. Em um ano, a disparada dos bilhetes foi de 51%, para um IPCA-15 de 4,16%. Além da demanda crescente, o chefe da Azul atribui os aumentos à cotação do combustível de aviação, que acelerou 49% ao longo de 2022, segundo a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear).

Reprodução/Aeroflap



AFP



Se você, empresário, está tentando pegar um dinheiro e está caro, a culpa não é do Banco Central, porque é malvado. A culpa é do governo, que deve muito"

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

## RAPIDINHAS

» A Qualicorp, maior plataforma de escolha de planos de saúde do Brasil, assinou parceria com a Ideal Saúde para a oferta de planos de saúde coletivos por adesão em municípios do estado de Goiás e no Distrito Federal. As mensalidades das nove opções de planos ofertados custam a partir de R\$ 140, a depender do produto escolhido e da idade do beneficiário.

» A indústria brasileira de games passa por forte expansão. Em 2014, contavam-se 133 desenvolvedoras de jogos eletrônicos no país. No fim de 2022, o número saltou para 1.009, conforme dados apurados pela Abragames, a associação do setor. São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentram o maior número de empresas do ramo.

» A febre dos carros por assinatura passou? Ainda é cedo para dizer, mas alguns sinais mostram que o mercado perdeu tração. A seguradora Porto Seguro reduzirá os investimentos no Carro Fácil, como é chamado o seu serviço de assinatura de automóveis. Com os juros altos, o custo financeiro de projetos na área ficou muito caro.

» Em relação à nota publicada ontem nesta coluna, o Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (PICPlast) informa que foram utilizadas, apenas pela agroindústria em 2021, 97 mil toneladas de plástico reciclado. Esse dado faz parte de estudo encomendado anualmente pelo PICPlast e realizado pela MaxiQuim.

R\$ 13,2 bilhões

é quanto a edição 2023 da Agrishow, a maior feira agrícola do Brasil, movimentou em negócios, o que significou um aumento real de 9,5% em relação ao evento de 2022

## TRABALHO

## Piso da enfermagem avança

Ministro do STF autoriza remuneração mínima à categoria, no limite dos repasses da União, ou por convenção coletiva

» RENATO SOUZA  
» RAFAELA GONÇALVES

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o pagamento do piso salarial nacional da enfermagem. A decisão, tomada na noite de ontem, ocorre após o Congresso aprovar uma emenda à Constituição alocando recursos para que o reajuste seja concedido para todos os profissionais da área que ganham abaixo dos valores fixados pelo parlamento.

A decisão de Barroso aponta caminhos, mas não resolve o impasse em torno da remuneração dos profissionais de saúde. Na sexta-feira, o governo federal autorizou a liberação de R\$ 7,3 bilhões para o piso salarial. Mas esse valor é considerado insuficiente.

O piso salarial define remuneração mínima para enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteiras. No despacho, o ministro Barroso definiu que os valores devem ser pagos aos servidores públicos por estados, municípios e autarquias somente nos limites dos recursos repassados pela União. No caso de profissionais da iniciativa privada, no entanto, o magistrado autorizou a possibilidade de negociação coletiva.

Ou seja, de acordo com a decisão liminar (provisória), hospitais privados poderão negociar com sindicatos das categorias pagamentos abaixo do piso definido. Barroso alega, na decisão, que a medida ocorre em casos em que existam

preocupações com o aumento de demissões de profissionais da área pelas empresas.

## Plenário virtual

Na iniciativa privada, o piso começa a valer a partir do pagamento referente a julho deste ano. A decisão do magistrado será avaliada pelos demais ministros no plenário virtual, na sessão prevista para começar na sexta-feira (19). Após aprovação da emenda, o governo federal abriu crédito especial ao Orçamento da União, no valor de R\$ 7,3 bilhões, para pagamento do piso.

"Verifica-se que a medida cautelar deferida nestes autos cumpriu parte do seu propósito, já que mobilizou os Poderes Executivo e Legislativo a destinarem os recursos necessários para custeio do piso salarial pelos entes subnacionais e entidades filantrópicas. Nesse cenário, a situação aqui analisada torna-se mais próxima à de outros pisos salariais nacionais aplicáveis a servidores públicos que tiveram a sua constitucionalidade reconhecida por este Supremo Tribunal Federal", escreveu Barroso.

De acordo com a alteração constitucional aprovada pelo Congresso, a previsão é que enfermeiros recebam no mínimo a remuneração de R\$ 4.750 por mês; técnicos de enfermagem, R\$ 3.325; e auxiliares de enfermagem e parteiras, R\$ 2.375.

Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem, existem atualmente 2,8 milhões de profissionais do setor, entre enfermeiros, auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem.

Reprodução/STF



Barroso, do STF: situação está "mais próxima à de outros pisos salariais nacionais aplicáveis a servidores"

Outras 60 mil parteiras ajudam em 450 mil partos por ano. Desse grupo, 20% atuam na área rural, principalmente no Norte e Nordeste do país.

Mesmo com a aprovação do novo piso da enfermagem, ainda faltam passos para a remuneração mínima se tornar realidade. A implementação se tornou um cabo de guerra entre governo federal, municípios e hospitais privados, que vêm questionando a viabilidade orçamentária para cumprir o novo teto.

O Ministério da Saúde aprovou, na última sexta-feira, um

repasso de R\$ 7,3 bilhões a estados e municípios com o objetivo de viabilizar os pagamentos a partir de maio. A ministra Nísia Trindade afirmou que, na divisão dos recursos para o piso da enfermagem, os técnicos consideraram "o perfil econômico e regional das cidades para garantir que todas recebessem um percentual mínimo de recursos".

Os valores devem ser transferidos em nove parcelas, e os gestores dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal terão prazo de 30 dias para efetuar o

repasso aos estabelecimentos de saúde cadastrados.

O montante é considerado insuficiente pelas prefeituras, que exigem repasses maiores e permanentes. Em nota, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), afirmou que as estimativas feitas pela entidade são de impacto, somente para os municípios, de R\$ 10,5 bilhões no primeiro ano da implementação da medida.

"O que o governo federal destina não paga nem um terço dos custos dos municípios, não tem regulamentação quanto à



O que o governo federal destina não paga nem um terço dos custos dos municípios, não tem regulamentação quanto à distribuição do recurso e não é permanente"

Trecho da nota da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

distribuição do recurso e não é permanente", destacou a entidade, que lembrou que a contrapartida oferecida pelo governo vale apenas para 2023, não prevendo uma despesa continuada.

Os hospitais privados também alegam não ter condições financeiras de realizar o aumento nas remunerações. Um levantamento da LCA Consultores aponta que o impacto do piso para as entidades empresariais seria de R\$ 5,3 bilhões por ano. Nesse cenário, a consultoria estima que a medida pode levar à demissão de 79,3 mil profissionais da enfermagem.